

MATERNIDADE

A difícil missão de conciliar filhos e trabalho

Em vários países, mães enfrentam preconceito e violência ao levar os bebês para a empresa ou repartições públicas. Brasil não tem legislação que garanta essa prática

» JÁDER REZENDE E
» MARIANA ANDRADE*

A foto da senadora italiana Licia Ronzulli com sua filha bebê no colo no parlamento europeu, voltou a viralizar recentemente, 10 anos depois que a imagem se tornou icônica ao retratar a difícil conciliação entre a vida profissional e a maternidade. “Depois de tantos anos, a conciliação trabalho-família ainda é um problema para muitas mulheres, que não querem desistir de se realizar mesmo como mães e ter que escolher entre filhos e carreira”, escreveu a parlamentar, no Instagram, ao celebrar os quatro meses do assego único, política social que garante auxílio financeiro para famílias com filhos menores de idade. Há dois anos, no Quênia, a deputada Zuleikha Hassan recebeu tratamento bem mais ofensivo. Mãe de três crianças, ela foi expulsa do parlamento pelo simples fato de estar com um deles no colo durante a sessão. Escoltada para fora do plenário, ela disse que levou o bebê porque não havia ninguém com quem o deixá-lo e não quis faltar ao trabalho. Grande entrave para mulheres de todo o planeta, a acessibilidade materna no ambiente de trabalho também encontra resistência no Brasil, onde quase metade das famílias não têm acesso a creches.

No Brasil, não há lei que obrigue ou proíba as mulheres de levar os filhos para o trabalho, questão que deve ser resolvida em comum acordo entre patrões e empregados. Apenas o artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece regras a respeito da maternidade, obrigando os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos a terem local apropriado para guarda e amamentação dos filhos. Na região Centro-Oeste, Brasília lidera as unidades da federação onde mães pobres e solteiras são excluídas desse tipo de atendimento, segundo estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. A meta prioritária

Divulgação/Assessoria Talíria Petrone



Talíria e Moana, ainda em fase de amamentação, na plenária da Câmara dos Deputados: “O maternar é difícil e exaustivo”

do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, até 2024, que pelo menos 50% das crianças com até 3 anos tenham vagas asseguradas nessa modalidade.

Faltam creches

De acordo com o estudo, a prioridade nesse processo recai sobre três grupos mais vulneráveis: famílias em situação de pobreza, famílias

monoparentais e famílias em que o cuidador principal é economicamente ativo ou poderia ser, caso existisse a vaga. Mostra ainda que, em 2019, o Índice de Necessidade de Creche (INC) Brasil - desenvolvido para identificar e dimensionar a demanda por vagas em creche - foi de 42,4%. Naquele ano, entre os 11,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos no país, quase 5 milhões, precisavam de atendimento. Na região

Centro-Oeste o índice era de 37,8%. No Distrito Federal, de 40,6%.

Na Câmara dos Deputados, entre as 513 cadeiras, somente 77 são ocupadas por elas, correspondendo a poucos 15%. Mesmo precisando conciliar trabalho e maternidade, a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ) foi mais uma a não abrir mão de sua missão. Segundo ela, em 2020 exatas 198 servidoras se afastaram do trabalho no órgão após a conclusão